

11

Agenda Legislativa das Centrais Sindicais

03/11/21



Precatórios tá na pauta

PEC 23/2021

A PEC está na pauta da Câmara dos Deputados e pode ser votada esta semana. Chega ao Plenário na forma do substitutivo do relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Pressão para rejeitar em defesa do direito adquirido, em especial dos servidores, que ganharam direitos na Justiça e ainda não receberam.

Trabalho de menores de 14 anos na pauta da CCJC

A PEC 18/2011, de Dilceu Sperafico autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.

O relator, dep. Paulo Eduardo Martins, tem parecer pela admissibilidade desta e das Propostas de Emenda à Constituição apensadas.

As Centrais Sindicais articulam a pressão com parceiros e devem distribuir uma nota pública sobre a proposição.

Privatização dos Correios

A luta contra a privatização dos Correios continua nesta semana. A pressão do governo é intensa para agilizar a aprovação do PL 591/21, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

O assunto está no Senado e, se aprovado, vai para sanção, pois já tramitou pela Câmara

Aprovado

Subsídio para botijão de gás

De autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) o PL 1374/21 foi aprovado na Câmara dos Deputados. A proposição cria subsídio ao botijão de gás destinado a famílias de baixa renda.

A pressão para aprovar. Funcionou e realça a relevância do trabalho com a agenda legislativa.

Luta contra PEC 32

Reunião da operativa dos servidores públicos e as centrais sindicais será realizada nesta quinta para discutir continuidade da luta contra a PEC.

Dia 13/11 será realizada uma plenária nacional conjunta, com a participação das centrais sindicais, para discutir os próximos passos da luta contra a PEC.

Café da manhã com bancada sindical

O café está sendo organizado para dia 10/11, às 10 horas. Serão tratados temas que também serão abordados no Encontro Nacional com todos os participantes da Agenda Legislativa dos Estados, marcado para dia 19/11, quais sejam:

1. Retomada da política nacional do salário mínimo com emenda no orçamento
2. Política de combate ao alto custo de vida (carestia).
3. Estruturação e valorização do sistema público de emprego, trabalho e renda.

Uma proposta sobre os assuntos estão sendo preparadas para serem apresentadas na reunião.

Auxílio Brasil

A MP 1061/21 está na pauta. Aguarda relatório do Dep. Marcelo Aras (PP/MG). Precisa ser votada até 17/12. Estabelece o valor de R\$ 400,00 em substituição e desintegrando o Bolsa Família.

Agenda do GEAL

- 9/11 - 9h00 - Reunião do CONAL
- 10/11 - Café da manhã com bancada sindical
- 16/11 - 9h00 - Reunião do GEAL
- 19/11 - 9h00 - Encontro Virtual Nacional
- 23/11 - 9h00 - Reunião do GEAL
- 27/11 - 9h00 - Reunião do GEAL
- 30/11 - 9h00 - Reunião do GEAL
- 7/12 - 9h00 - Reunião do CONAL
- 14/12 - 9h00 - Reunião do GEAL

A vida é um direito acima de todos

Às vésperas do Dia de Finados, em 1º de novembro de 2021, quando mais de 600 mil famílias brasileiras sofrem pela perda precoce de entes queridos para o Covid-19, o Ministério do Trabalho e Previdência lança a Portaria MTP nº 620, retirando a obrigatoriedade de trabalhadores tomarem a vacina contra a Covid-19 e, assim, criando um ambiente de insegurança e desproteção sanitária.

Mais do que uma distorção do entendimento sobre as regras de convívio social, essa é a nova demonstração, por parte do governo, de total falta de sensibilidade e empatia.

O advento da vacina contra o coronavírus em tempo recorde foi uma conquista da humanidade que nos permite retomar a economia e um saudável convívio social.

Felizmente é tradição do povo brasileiro aderir a campanhas de vacinação e virar as costas para ideologias perversas que, através de informações falsas, disseminam o movimento antivacina. Ideologias que tem força em outros países e que o presidente Jair Bolsonaro, com sua costumeira postura antissocial, insiste em defender.

Esse governo que agora retira a obrigatoriedade de vacina e que contraditoriamente determina que as empresas façam testagem em massa nos trabalhadores, é o mesmo que jogou testes no lixo e que trata a Covid-19 como "gripezinha". Sob o pretexto de privilegiar o direito individual a Portaria do MTE fere o direito constitucional de assegurar a saúde e segurança no ambiente do trabalho.

Ao contrário de uma ação autoritária, a obrigatoriedade da vacinação se baseia na

responsabilidade de cada um com o coletivo, sendo, desta forma, uma ação democrática.

Neste sentido, o TST e o ministério público do Trabalho recomendam a obrigatoriedade da vacinação, o STF decidiu, em 17/12/2020, que a exigência do comprovante vacinal está prevista na Constituição e o Código Penal determina em seu art. Art. 132, pena de detenção de três meses a um ano a quem expõe a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente.

Defendemos a ampla cobertura vacinal, a necessidade de apresentar o comprovante de imunização para frequentar lugares públicos, inclusive no ambiente de trabalho, assim como a atenção aos protocolos de segurança e contenção da pandemia. Defendemos de forma intransigente a ratificação da convenção 158 da OIT que trata da proteção dos empregos contra as demissões arbitrárias!

Acima de qualquer outro, a vida é um direito a ser preservado para todas e todos!

São Paulo, 02 de novembro de 2021.

Sergio Nobre, Presidente da CUT

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, Presidente da UGT

Adilson Araújo, Presidente da CTB

José Reginaldo Inácio, Presidente da NCST

Antonio Neto, Presidente da CSB

Atnágoras Lopes, Secretário executivo CSP-Conlutas

Edson Carneiro Índio, Secretário-geral da Intersindical

José Gozze, Presidente da Pública

Emendas ao Orçamento

Já começou a contar prazo para apresentação de emendas ao Orçamento na CMO. Trata-se do PLN 19/21.

Deputados, senadores, bancadas estaduais e comissões poderão sugerir mudanças para despesa e receita até 16 de novembro. As centrais vão discutir emenda sobre a política nacional e o valor do salário mínimo.

PL 1026/21 limita o reajuste de aluguel

A proposição de autoria do dep. Vinicius Carvalho (Republicanos/SP) limite o reajuste dos aluguéis ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

CPI da Pandemia

O relatório deve ir a voto esta semana, com grande lista de autoridades que serão encaminhadas ao MP e a entidade internacional.

PL 1133/21 – FIES

A proposição aprovada no Senado prorroga a suspensão das obrigações de beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por mais um ano. Entra na pauta do plenário da Câmara. Pressão para aprovar.

Reunião do CONAL

Dia 9/11, às 9hs, será realizada a reunião dos coordenadores que representam os estados na Coordenação Nacional.

Na pauta estão os seguintes assuntos:

- (1) Balanço da agenda 2021; (2) Desafios para 2022; (3) Organização dos grupos estaduais
- (4) Preparação do Encontro Nacional de todos membros dos grupos estaduais.

Proteger a população e combater a fome é o que há de mais urgente

As centrais sindicais defendem a imediata expansão da proteção de renda para a população carente e vulnerável, para todos que vivem na pobreza, sem emprego e sem nenhum tipo de proteção, através da ampliação do Programa Bolsa Família.

O desgoverno Bolsonaro abandonou a nação à própria sorte. Foge das suas responsabilidades de enfrentar a crise sanitária, atrasa o provimento de vacina, reduz o valor do Auxílio Emergencial e não apresenta política econômica de desenvolvimento, acentuando o desemprego ou gerando emprego precário sem proteção laboral, social, previdenciária e sindical.

O resultado se expressa em cenas dantescas como aquela fotografia capturada no instante em que brasileiros procuravam comida em um caminhão de lixo em Fortaleza ou aquela em que moradores do Rio de Janeiro aglomeraram-se para pegar restos de carne rejeitados por supermercados.

São apenas dois exemplos da triste imagem do Brasil com sua política ultraliberal que despreza o povo, configurada na postura intransigente do mercado em defesa do nefasto Teto de Gastos.

Em números essas imagens expressam o alarmante índice de 55% da população sofrendo insegurança alimentar. São quase 90 milhões de pessoas que passam fome. Também são quase 32

milhões de trabalhadores que estão desempregados, desalentados, trabalham jornada parcial de forma precária ou estão na inatividade precisando de um emprego.

A base desta tragédia é a combinação entre desemprego recorde, volta da inflação e carestia. Diante disso, propomos que o Congresso Nacional trate com urgência máxima a ampliação da cobertura da proteção de renda através do Programa Bolsa Família que integra ações de proteção de renda, educação, saúde e assistência, articulado com os Municípios e Estados.

Que a renda de proteção seja de R\$ 600,00, com as mesmas regras aplicadas pelo Auxílio Emergencial para os casos especiais (p.ex. mães chefe de família R\$ 1.200,00).

Que sejam reativadas e criadas políticas de geração de emprego e renda, integradas ao Programa Bolsa Família.

Que a tributação sobre as fortunas, altas rendas e lucros e dividendos seja implementada imediatamente para financiar a proteção social e o investimento público para gerar empregos.

É urgente a imediata revisão da Lei de Teto de Gasto, permitindo que o Estado cumpra suas funções primordiais de indutor do crescimento econômico e promotor da justiça social, com fonte de financiamento estável.

Homologação nos Sindicatos

Tramita na Câmara dos Deputados o PL 4238/2019, de Felipe Rigoni (PSB/ES) que dispensa a necessidade de homologação dos sindicatos no contrato de parceria celebrado entre o salão de beleza e os profissionais que atuam na área, como cabeleireiro, barbeiro, esteticista e manicure. A relatora é a Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR).

PDL 422 e 426/20

Tramita na Câmara dos Deputados dois PDLs do Dep André Figueiredo (PDT/CE, o 422 e 426. O primeiro, susta contrato entre o BNDES e o Consócio Postar. O segundo, susta o Decreto nº 9.589/2018 que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União.

Ambos muito importantes no combate às privatizações.

Revogação trabalho intermitente

Tramita na Câmara dos Deputados, o PL 9467/18, de Alessandro Molon (REDE-RJ), que altera a CLT, revogando a inclusão do trabalho intermitente durante a reforma trabalhista.

O parecer do relator, Deputado André Figueiredo (PDT-CE), é pela aprovação, com Substitutivo. Só será aprovado se houver muita pressão.

PL 4816/20

Tramita na Câmara dos Deputados também o PL 4816/20, de Vanderlei Macris, que dispõe sobre normas que regulam a relação laboral entre estabelecimentos de educação básica e de educação superior e seus professores que atuam no ensino remoto realizado por meios digitais, em substituição ao ensino presencial.

Relator é o Deputado Átila Lira, com parecer pela aprovação.